

A solidariedade transnacional: o grito contra as ditaduras do Cone Sul!

João Victor Santos Dias
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: joao.081682@gmail.com

José Rubens Mascarenhas de Almeida
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: rubens.mascarenhas@uesb.edu.br

1380

Palavras-chave: Ditaduras. Solidariedade transnacional. Exílio. Redes

INTRODUÇÃO

Esse trabalho foi escrito a partir dos estudos que estão sendo realizados na pesquisa em andamento de monografia¹, a qual trabalha-se a solidariedade política com as vítimas das ditaduras militares no Cone Sul. O objetivo da pesquisa foi analisar as interações que tiveram os exilados políticos com as sociedades receptoras e a constituição de redes de solidariedade transnacionais.

Na segunda metade do século XX, a América Latina se viu inserida diante de uma crise de hegemonia das burguesias locais aliada aos avanços dos movimentos sociais que reivindicavam projetos reformistas na sociedade. Além dessa pressão externa, as reivindicações por medidas progressistas pelos novos segmentos sociais surgidos - decorrente do aumento da população urbana e operária - se fizeram presentes e foram influenciados pela Revolução Cubana de 1959.

Os EUA, nesse cenário, tiveram que ajustar suas táticas e estratégias para manter sua dominação e hegemonia na região. Dada a vulnerabilidade social desses países, decorrente da concentração e centralização do capital, foi necessário criar oportunidades no campo social e econômico para remediar as condições de desigualdade social enfrentadas pela população e conter as tensões sociais, que foram consideradas catalisadoras para movimentos revolucionários, como ocorreu em Cuba em 1959.

¹ Este texto comunica uma pesquisa de TCC do curso de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), orientada pelo professor doutor José Rubens Mascarenhas de Almeida.

Realização:



Apoio:



No intuito de preservarem os interesses do capital estadunidense e da burguesia interna, uma onda de golpes é deflagrada na América Latina implementando regimes militares. Esses se estruturaram sob o corpo teórico da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), incorporada dos EUA, a qual se fundamentava no discurso da existência de uma guerra interna contra a presença comunista.

À medida em que as premissas da DSN encontraram resistência para serem incorporadas, as práticas repressivas exercidas pelo aparato estatal se intensificaram, configurando por sua vez o Terrorismo de Estado (TDE), o qual serviu enquanto um mecanismo utilizado para implementar as premissas da DSN. O TDE teve como método a violação dos direitos humanos através das torturas, perseguições, prisões arbitrárias, cassação de direitos políticos, sequestros e assassinatos. Sua atuação também se manifestou através da psicologia social ao disseminar uma atmosfera de medo na sociedade. Assim, além da violência de natureza física, seus atributos incluíram a disseminação de uma cultura repressiva e aterrorizante, enquanto estratégia ideológica, exemplificada pela censura, autocensura, demissões de funcionários públicos e privados, aposentadoria compulsória do serviço público, banimento e exílio.

Diante dessa atmosfera repressiva e de ataque aos direitos humanos pelo TDE, uma das alternativas consideráveis entre as vítimas da repressão estatal, naquele momento, foi o exílio, como fuga do perigo iminente que o cenário representava para qualquer adversário do regime político instaurado. Desta forma, o exílio foi institucionalizado por esses regimes enquanto mecanismo de exclusão política.

O exílio analisado na pesquisa foi o que se deu pelo Cone Sul, visto que a Europa ou México estavam restritos aos abastados financeiros ou ligados a elite política. Assim, pôde-se observar seu fluxo em três momentos: até 1973, antes do golpe de Pinochet, o Chile foi referência para as vítimas dos regimes repressivos do Brasil, Paraguai, Bolívia e Uruguai²; Argentina de 1973 a 1976 e, por último, o Brasil, que embora vivesse sob um regime militar, passava por um processo de abertura política “lento, gradual e seguro”.

A partir do exílio, percebe-se a construção de uma atmosfera de ajuda mútua entre os exilados e seus anfitriões, mediante a interação social. Desta forma, uma espécie de solidariedade permeou essas relações sociais estabelecidas, provocando uma espécie de

² No Uruguai já havia políticas repressivas antes mesmo da ditadura instaurada em 1973, durante os governos constitucionais de Jorge Pacheco Areco (1967-1972) e Juan María Bordaberry (1972-1976).

Realização:



Apoio:



“solidariedade transnacional”, ou seja, uma solidariedade que ultrapassou as fronteiras territoriais e criou conexões de ajuda mútua, denúncia e defesa dos direitos humanos.

Tais conexões entres esses atores foram fundamentais para auxiliar as vítimas dessas ditaduras e denunciar as violações dos direitos humanos. Nesse sentido, a solidariedade se tornou essencial nesses regimes militares, os quais, apesar de suas constantes arbitrariedades, não conseguiram suprimir a manifestação de solidariedade às vítimas, tampouco eliminar as denúncias por parte dos organismos de defesa dos direitos humanos nos países do Cone Sul.

A partir da estruturação dessa solidariedade, formaram-se conexões de organismos, entidades e redes que objetivavam os mesmos fins: ajudar as vítimas dessas ditaduras que chegavam nos países que tais redes estavam organizadas, prestando os mais diversos tipos de ajuda e denunciando as violações dos direitos humanos. Portanto, tais redes tiveram caráter de serem transnacionais.

1382

METODOLOGIA

Em primeiro plano, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre as ditaduras militares, destrinchando as especificidades conjunturais de cada país. As análises conceituais se pautaram no método do materialismo histórico-dialético, por entender que tal paradigma centra o processo histórico no sujeito social e leva em consideração a dinâmica desse processo partindo do movimento real, ou seja, considera a historicidade em sua dialética, o materialismo e a totalidade como condicionantes da realidade social.

O Terrorismo de Estado (TDE) foi um importante conceito para entender a atuação dos regimes militares e não os associar com o fascismo clássico (PADRÓS, 2005). Na análise de Padrós (2005), o TDE teve como função “a acumulação” e “a apropriação de riqueza” (p. 73), sendo vinculado à dinâmica capitalista, constituindo-se enquanto uma variante da violência de classe, sendo, portanto, inaceitável a “dissociação entre interesses econômicos e práticas repressivas”.

Posteriormente, analisou-se a forma que o TDE institucionalizou o exílio enquanto mecanismo de exclusão política. A maioria dos estudos realizados preponderavam uma análise pós-moderna, centrando-se em fatores psicológicos e identitários. No entanto, a perspectiva adotada aqui, não desconsiderando outras abordagens, foi gramsciana através dos estudos realizados Szanjder e Roniger (2013)

Realização:



Apoio:



sobre o exílio na América Latina. Sob essa perspectiva, considerou-se o exílio enquanto “la proyección de una hegemonía autoritaria en la política, sin menoscabo de la definición formal del sistema político en ciernes” (SZNAJDER; RONIGER, 2013, posição 306).

Em segundo plano, através das fontes analisadas, estudou-se as formas de solidariedade entre os exilados e a sociedade receptora. A diversidade de fontes possibilitou seu cruzamento. Entre as utilizadas pela pesquisa se encontra as entrevistas das vítimas concedidas a outros pesquisadores, os referenciais bibliográficos e os documentos localizados no arquivo da CEDIC/PUC-SP³.

Por último, centrou-se no entendimento da construção das redes de solidariedade surgidas nesse processo, cujo fito foi auxiliar as vítimas desses regimes repressivos. Foram mapeadas cerca de 32 redes localizadas pelo Cone Sul. No intuito de entender a construção e operação dessas, levantou-se a discussão sobre a atuação dos movimentos sociais em perspectiva transnacional. Além disso, questões como: “Como se deu a formação dessas redes?”, “Como as redes atuaram no enfrentamento desses regimes?”, “Como a solidariedade permeava a relação desses indivíduos?”, “Quais os seus impactos no cenário repressivo?” foram elaboradas.

1383

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Embora a pesquisa ainda não tenha sido concluída, a partir dos dados coletados e analisados, percebeu-se que as lutas em torno das reivindicações sociais e políticas contra o aparato repressivo dos regimes militares do Cone Sul não foram isoladas territorialmente em cada país. Ao contrário, tais lutas integraram-se ao contexto regional repressivo, a partir das conexões e ações coletivas, e foram extremamente importantes para combater tais regimes repressivos.

Nesse sentido, um dos conceitos discutidos nesse trabalho foi o de “solidariedade transnacional”, por nós entendido como essencial para se compreender o contexto dessas lutas no âmbito regional de forma conjunta e integrada. Nesse caso, essa solidariedade, promovida pelas vítimas desses regimes através da colaboração e formação de redes, foi capaz de enfrentar e denunciar as práticas repressivas.

³ Arquivo do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. Disponível no Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC/ PUC-SP.

Realização:



Apoio:



CONCLUSÕES

A pesquisa se encontra em fase de finalização e devido às limitações acadêmicas, por tratar-se de uma pesquisa de conclusão de curso e do ineditismo do objeto, não foi possível observar se essa solidariedade e as redes transnacionais enfraqueceram o aparato repressivo das ditaduras militares.

Considerando que esse aparato repressivo foi multifacetado, esses regimes estabeleceram amplos sistemas de repressão, que envolveram censura, tortura, desaparecimentos forçados e execuções de adversários políticos, que os mantiveram no poder por décadas. Mesmo com o fim do período ditatorial, as políticas de segurança pública, no regime democrático, são impactadas pelos princípios da DSN, uma herança prejudicial desses regimes autoritários, permanecendo uma cultura violenta perpetrada pelos agentes estatais. Logo, a influência autoritária herdada deste período continuou presente na sociedade através das instituições estatais.

Feitas tais considerações, não foi possível qualificar até que ponto tais redes contribuíram para o enfraquecimento repressivo desses Estados ditatoriais, visto que ainda permanecem as sistemáticas violações dos direitos humanos. No entanto, a atuação dessas redes significou a contraposição da colaboração repressiva entre os Estados ditatoriais, como a Operação Condor. Pode-se tirar questionamentos como: se não fossem a atuação dessas organizações o quão mais intensivo seriam os crimes das ditaduras? Quais os impactos das denúncias realizadas por essas organizações frente a opinião pública nacional e internacional?

Conclui-se até o momento que o conjunto do sistema repressivo do Estado ditatorial foi imensurável, complexo e abrangente. Embora tais redes não enfraqueceram esse aparato repressivo, conseguiram desestabilizá-lo por meio de suas ações, ajuda e denúncia. Apesar de não poder quantificar com precisão, essa constatação foi observada através das suas ações que ajudaram, financiaram e até mesmo salvaram vidas!

Realização:



Apoio:



REFERÊNCIAS

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. **La política del destierro y el exilio en América Latina**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2013. E-book.

1385

Realização:



Apoio:

